

Saúde mental de agentes penitenciários no Brasil: uma revisão sistemática da literatura

Gabriela da Silva Marques¹

Carmem Regina Giongo²

Camila Ruckert³

Resumo: Este estudo possui o objetivo de apresentar uma revisão sistemática da literatura brasileira acerca da saúde mental de agentes penitenciários. O levantamento foi realizado através do portal BVS-Psi e BVS. Foram encontrados 931, destes, oito foram selecionados. Os estudos apontaram que os agentes penitenciários se encontram desmotivados, insatisfeitos profissionalmente, ansiosos, com desgaste emocional e alto nível de estresse. Em contrapartida, alguns estudos apontaram que estes trabalhadores se sentem seguros em relação a estabilidade de emprego e gratificação salarial.

Palavras-chave: Trabalhadores; Prisões; Saúde Mental; Revisão.

Mental health of penitentiary agents in Brazil: a systematic literature review

Abstract: This study's main goal is to present a systematic review of the Brazilian literature from the last ten years related to mental health of penitentiary agents. The survey was conducted through the portals BVS-Psi and BVS. There were 931 articles and eight of them were selected. According to the studies, penitentiary agents are unmotivated, professionally dissatisfied, anxious, and feeling emotional distress and high stress level. However, some studies showed that these workers feel confident about job stability and have bonus payment in salary.

Keywords: Workers; Prisons; Mental Health; Review.

O trabalho ocupa um lugar de fundamental importância na vida psíquica do sujeito, considerando-se que proporciona uma rede de trocas e interações sociais que medirão o desenvolvimento e a complementação da identidade individual. É no trabalho que o sujeito se depara com as contradições entre o objetivo das organizações, pautado na lucratividade, e os seus próprios objetivos, permeados por angústias, medos e desejos. Sendo assim, o trabalho poderá promover tanto a saúde e o desenvolvimento psicossocial do trabalhador quanto o sofrimento e o adoecimento físico e psíquico (LANCMAN & GHIRARDI, 2002). A partir dessa perspectiva, entender as diferentes organizações do trabalho e o seu reflexo na saúde mental do trabalhador é de fundamental importância para o desenvolvimento de ações capazes de intervir nas situações que estejam gerando sofrimento ou adoecimento no trabalho (HELOANI & LANCMAN, 2004).

¹ Graduada Psicologia, na Universidade Feevale.

² Graduada em Psicologia pela Universidade Feevale, especialista em Psicologia Organizacional pela UFRGS, mestre em Psicologia pela Unisinos, doutora em Psicologia Social e Institucional e pós-doutoranda em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS. É pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde e Trabalho (NEST) da UFRGS e docente do curso de Psicologia da Universidade Feevale.

³ Acadêmica do Curso de Psicologia na Universidade Feevale.

No que se refere às interfaces entre trabalho e saúde mental, algumas estatísticas apontam que as consequências do sofrimento e do adoecimento nos contextos profissionais representam um enorme impacto econômico e social, além de um importante problema de saúde pública. Conforme dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2015), anualmente estima-se que 321.000 pessoas morrem por acidentes no trabalho, 2,02 milhões de pessoas morrem por enfermidades relacionadas ao trabalho, 160 milhões de pessoas sofrem de doenças relacionadas ao trabalho e ocorrem 317 milhões de acidentes laborais. No Brasil, conforme dados da Previdência Social os transtornos mentais e comportamentais foram a terceira causa de incapacidade para o trabalho, totalizando 668.927 casos, cerca de 9% do total de auxílios-doença e aposentadorias por invalidez concedidos nesses cinco anos de análise (BRASIL, 2017).

É provável que esses números sejam ainda maiores e que não reflitam o real cenário das doenças provocadas pelo trabalho, pois grande parte das ocorrências ainda não são registradas (MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL [MSB], 2004). De acordo com o MSB (2004), as doenças mentais relacionadas ao trabalho ainda são mal caracterizadas, o que dificulta seu acompanhamento e o desenvolvimento de ações de prevenção e promoção da saúde mental do trabalhador.

Destarte, dentre os diversos contextos de trabalho que compõem esse cenário, estão os trabalhadores que atuam no sistema prisional. Sabe-se que a violência no Brasil tem aumentado consideravelmente, o que torna o tema *segurança* um interesse da população e dos órgãos públicos do país (BONEZ, DAL MORO & SEHNEM, 2013). Nesse contexto, percebe-se que de um lado há o acentuado avanço da criminalidade e, de outro, a precariedade do sistema carcerário brasileiro, que se encontra com um número de presos maior do que o número de vagas. Recentes estudos apontam que esse contexto é crítico levando-se em conta que o objetivo do local é recuperar as pessoas que permanecem nele. Embora o objetivo seja esse, é comum nesse ambiente a ocorrência de assassinatos e o consumo de drogas, favorecendo ações de agressão e o desenvolvimento de crimes organizados. Ademais, esses ambientes se encontram com a infraestrutura e higiene (desfavoráveis) para a convivência humana. O local é descrito pela literatura como *desumano e deficiente* (ANDRADE & FERREIRA, 2014; GOMES et al. 2013).

Dessa forma, a realidade do sistema prisional brasileiro encontra-se em descontrole e muitas vezes esse sistema é citado como “um centro de aprendizagem criminal” (PENAL, 2009, p. 3), no qual algumas pessoas que entram como pequenos delinquentes, amadurecem sua criminalidade e entram para o crime organizado. Corroborando com essa afirmação, Dias e Velásquez (2016) apontam que as prisões brasileiras não passam de grandes amontoados de pessoas em convivência com outros infratores, o que é visto como algo negativo. Além disso, esse formato expõe os recrutados a risco constante de doenças, sem suporte para acompanhá-los. Apontamentos como esse questionam a eficácia do sistema prisional brasileiro e remetem à necessidade de um olhar atento para a saúde mental dos profissionais que atuam diretamente nesse contexto.

Os profissionais responsáveis pela organização, pelo acompanhamento e pelo manejo dos presidiários são os agentes penitenciários (FERREIRA, MENEZES, & DIAS, 2012). Esses trabalhadores convivem diariamente com diferentes modos de precarização do trabalho, exposição a riscos psicossociais e inserção em aspectos da organização do trabalho possivelmente associados às vivências de sofrimento e adoecimento ocupacional (BONEZ et al., 2013). O funcionamento do presídio é ininterrupto, ou seja, 24 horas por dia, 7 dias da semana. Para possibilitar o trabalho, os agentes penitenciários são divididos em duas classificações: plantonistas, que cumprem quatro turnos alternados com doze horas de duração e tem, em seguida, trinta e seis horas de descanso; e diaristas, que trabalham oito horas diárias de segunda a sexta-feira. Os profissionais recebem um salário base, que é acrescido de 222% por fator de risco à vida, além de serem acrescidos os quinquênios (período de cinco anos) ou os adicionais por tempo de serviço de 15% a

25% (LEI N. 9.152, 1990).

Além dos agentes penitenciários, o sistema prisional conta também com outros profissionais, como psicólogos, assistentes sociais, médicos, dentistas, oficiais administrativos, agentes de escolta e vigilância, entre outros (RUMIN, 2006). Dentre as atribuições dos agentes penitenciários estão as revistas dos presos e das celas em busca de materiais ilícitos, o estabelecimento de punição àqueles que tiveram má conduta, o zelo pelas condições de higiene do ambiente, a realização de grupos de instrução tanto sobre hábitos de higiene como de boas maneiras com os indivíduos encarcerados, as orientações ao egresso no momento que retorna ao convívio social, entre outras.

No Brasil, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (DPN, 2014), há mais de 45 mil agentes de custódia nos presídios, sendo uma média de 8 presos para cada trabalhador, mas essa quantidade varia muito conforme o estado. Em Pernambuco, por exemplo, são 31,2 encarcerados para cada agente, já no Acre o número é bem menor, apenas 3,9. Segundo o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), apenas 4 estados brasileiros – Acre, Minas Gerais, Amapá e Rondônia - estão dentro dos parâmetros recomendados, com até 4,5 detentos por funcionário. No relatório, os dados de São Paulo e Rio de Janeiro não foram informados (DPN, 2014).

Diante desse cenário e da ausência de revisões teóricas que ofereçam um panorama geral acerca dos resultados dos estudos que investigam a saúde mental dos agentes penitenciários, este artigo possui o objetivo de apresentar uma revisão sistemática da literatura brasileira dos últimos dez anos (novembro de 2005 a novembro de 2015) acerca da saúde mental de agentes penitenciários. Além disso, busca descrever e caracterizar os principais resultados a respeito dos estudos nacionais publicados.

Método

Primeiramente foi realizada uma análise das bases de dados nacionais capazes de oferecer resultados consistentes e atualizados no campo da Psicologia, sendo escolhidas a Biblioteca Virtual em Saúde Psicologia (BVS–Psi) e a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas quais foram selecionadas as bases Scielo, Biblioteca Cochrane, Lilacs e Pepsic. O critério de escolha dessas fontes se deve (às) suas abrangências dentre os portais nacionais disponíveis até o momento. Além disso, considera-se que elas agregam fontes consistentes de dados científicos.

A consulta às bases de dados empreendida para este artigo de revisão, se deu no período de outubro de 2015 a fevereiro de 2016. A busca dos artigos foi realizada através dos descritores: *trabalhador AND prisão; trabalho AND prisão; agentes penitenciários; saúde do trabalhador AND prisão*. Destaca-se que foram utilizados os descritores que buscavam o maior número de artigos ampliando o acesso aos dados. Na sequência foram acessadas separadamente as fontes Scielo, Biblioteca Cochrane, Lilacs, Pepsic e foi realizada uma primeira triagem considerando o período de publicação.

Diante dos resultados obtidos nas buscas foi realizada a leitura dos títulos, dos resumos e, em alguns casos, dos textos completos. Foram eliminados os materiais que não disponibilizavam o texto completo, que estavam repetidos entre as bases ou que não possuíam relação com o assunto pesquisado. Os critérios de inclusão utilizados para a seleção dos artigos foram: período de publicação (entre 25 de novembro de 2005 à 25 de novembro de 2015), temática (estudos sobre saúde mental de agentes penitenciários), nacionalidade (estudos realizados no Brasil, mesmo que publicados internacionalmente) e tipo (estudos teóricos e empíricos). Os critérios de exclusão foram: artigos que não disponibilizavam o texto completo.

No total das buscas foram identificados 931 trabalhos. Destes, 904 foram excluídos por não atende-

rem aos critérios de inclusão e 27 foram selecionados. Dentre os 27 selecionados, 19 foram descartados por estarem repetidos entre as bases e 8 foram aproveitados. Os artigos excluídos não tratam da saúde mental dos agentes penitenciários e sim de temáticas relacionadas ao sistema carcerário como um todo.

Com o intuito de refinar a análise dos materiais aproveitados foram criadas categorias organizadas da seguinte maneira: 1) *tipo de publicação*, na qual buscou-se identificar se o material era um artigo teórico ou empírico; 2) *área de publicação* (de acordo com a classificação do CNPQ), sendo considerada, em primeiro lugar, a instituição de origem do estudo e, quando a instituição não estava especificada, a formação do primeiro autor; 3) *ano de publicação dos estudos*; 4) *temáticas dos objetivos principais*, analisadas e organizadas por categorias teóricas de acordo com a frequência de utilização; 5) *delineamento dos estudos*, de acordo com as descrições realizadas pelos autores; 6) *instrumentos de coleta de dados*, obtidos através do detalhamento metodológico dos estudos; e 7) *principais resultados*, identificados através de análise de conteúdo dos estudos empíricos. A categoria dos *principais resultados dos estudos* foi analisada qualitativamente e organizada em tópicos de acordo com os resultados declarados pelos materiais. As demais categorias foram analisadas quantitativamente, de acordo com a frequência que apareceram nos estudos aproveitados.

Análise e discussão dos resultados

Os artigos utilizados para a análise sistemática do presente estudo foram relacionados na Tabela 1.

Tabela 1. Relação de artigos selecionados

AUTOR	ANO	TÍTULO	REVISTA	PORTAL/ BASE DE DADOS	DESCRITORES
Moraes, Pedro R. Bodê de.	2013	<u>A identidade e o papel de agentes penitenciários.</u>	Tempo Social	BVS-PSI / SCIELO	Agentes penitenciários
Reichert, Felipe Fossati; Lopes, Marcio; Loch, Mathias Roberto; Romanzini, Marcelo.	2007	<u>Atividade física e outros aspectos relacionados à saúde de agentes penitenciários de Londrina, PR</u>	Revista brasileira de atividade física e saúde	BVS / LILACS	Agentes penitenciários
Jaskowiak, Caroline Raquele; Fontana, Rosane Teresinha.	2015	<u>O trabalho no cárcere: reflexões acerca da saúde do agente penitenciário</u>	Revista Brasileira de Enfermagem	BVS / LILACS	Agentes penitenciários
Costa, Mônica Barros; Guécio, Nathália Moura Silva; Costa, Humberto de Freitas Campos; Oliveira, Manoel Marques Evangelista de; Alves, Márcio José Martins.	2011	<u>Possível relação entre estresse ocupacional e síndrome metabólica</u>	HU revista	BVS / LILACS	Agentes enitenciários
Tschiedel, Rubia Minuzzi; Monteiro, Janine Kieling.	2013	<u>Prazer e sofrimento no trabalho das agentes de segurança penitenciária</u>	Estudos de psicologia (Natal)	BVS / LILACS	Saúde do Trabalhador and Prisão

Ferreira, Ramon Emmanuel Braz; Menezes, Lígia Carlos; Dias, João Carlos.	2012	<u>Relação da prevalência de atividade física com variáveis psicológicas e componentes da síndrome metabólica em agentes penitenciários de Belo Horizonte-MG</u>	Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde	BVS / LILACS	Agentes penitenciários
Bonez, Aline; Dal Moro, Elisamara; Sehnem, Scheila Beatriz.	2013	<u>Saúde mental de agentes penitenciários de um presídio catarinense</u>	Psicologia Argumento	BVS / LILACS	Agentes penitenciários
Rumin, Cassiano Ricardo.	2006	<u>Sofrimento na vigilância prisional: o trabalho e a atenção em saúde mental</u>	Psicologia, Ciência e Profissão	BVS-PSI / LILACS	Trabalho <i>and</i> prisão

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

Tipo de publicação

Quanto ao tipo de publicação, todos os artigos selecionados tratavam-se de materiais empíricos. A predominância de estudos empíricos contribui considerando-se que eles levantam dados sobre a real situação dos agentes penitenciários brasileiros, mas, por outro lado, isso pode representar uma carência de revisões teóricas sobre a abordagem. Essas revisões poderiam contribuir para o amadurecimento do debate teórico da temática, promovendo reflexões sobre suas particularidades, possibilidades e limitações.

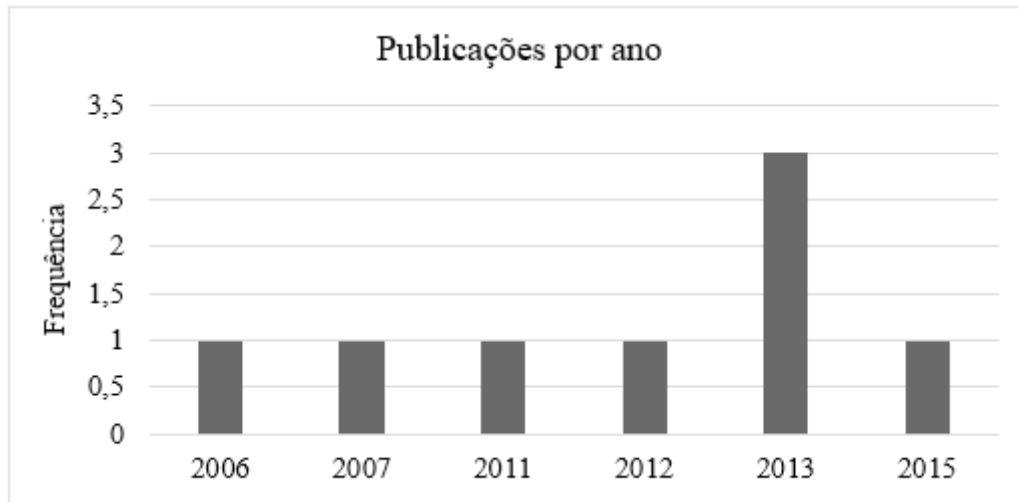
No que diz respeito ao canal de publicação, como foram encontrados apenas oito estudos, não foi possível estabelecer uma frequência de publicação entre as revistas nacionais. Identificou-se apenas que a Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde publicou dois dos estudos analisados e que os demais foram divulgados por diferentes periódicos.

Área de publicação

Dentre os materiais analisados, três estudos são da área da Psicologia e os demais são das áreas da Medicina, Enfermagem, Educação Física e Sociologia. Esses campos teóricos estão diretamente atrelados aos objetivos principais dos estudos analisados, vinculados às análises da organização do trabalho e dos aspectos fisiológicos e psicológicos dos trabalhadores que atuam no sistema prisional.

Ano de publicação dos estudos

A distribuição dos estudos por período indicou que o ano de 2013 obteve maior registro de publicações e que, nos demais, houve uma estabilidade nas publicações, uma por ano, o que pode ser observado no Gráfico 1. Considerando o número de profissionais atuantes no sistema prisional brasileiro e a importância deste segmento para a sociedade e as políticas, de modo geral, pode ser considerado baixo o número de publicações sobre a temática. É possível que estejam sendo desenvolvidos estudos nesse campo, como, por exemplo, teses, dissertações e trabalhos de conclusão, mas que não haja a publicação desses materiais em periódicos científicos.

Gráfico 1. Publicações por ano

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

Temáticas dos objetivos principais

A análise dos objetivos principais dos estudos demonstrou que há um interesse pela investigação da construção da identidade dos agentes penitenciários (MORAES, 2013), pela análise de indicadores relacionados à saúde física e mental (FERREIRA et al., 2012; REICHERT et al., 2007), pela investigação das condições e da organização do trabalho e suas interfaces com a saúde mental (JASKOWIAK & FONTANA, 2015; RUMIN, 2006; TSCHIEDEL & MONTEIRO, 2013) e pela análise de fatores laborais vinculados ao estresse (BONEZ et al., 2013; COSTA, GUÉRCIO, COSTA, OLIVEIRA, & ALVES, 2011).

Tendo em vista a caracterização do sistema prisional brasileiro e os riscos socioprofissionais atrelados à atividade dos agentes prisionais, observou-se uma lacuna em investigações com foco em outras importantes categorias no campo da saúde mental no trabalho, como, por exemplo, os modos de violência física e psicológica no trabalho, o assédio moral, o suicídio ou as tentativas de suicídio, o *burnout*, as doenças osteomusculares, entre diversas outras. Além disso, apesar de alguns desses estudos investigarem temáticas similares, os resultados foram bastante contraditórios, apontando diferentes condições de saúde mental no trabalho. Percebe-se que os resultados variam de acordo com o estado, cidade ou caracterização da organização do trabalho. Sugere-se, portanto, que sejam desenvolvidas investigações de maior envergadura em contextos regionais, estaduais ou nacionais, possibilitando, inclusive, uma análise comparativa das diferentes organizações prisionais e seus impactos na saúde mental dos agentes prisionais.

Delineamento e instrumentos de coleta de dados

Quanto ao delineamento das investigações, quatro estudos utilizaram a abordagem qualitativa, privilegiando a técnica de entrevistas individuais, e quatro estudos fizeram uso da abordagem quantitativa, através da aplicação de escalas, avaliações físicas e inventários. Uma possibilidade para possíveis investigações é o desenvolvimento de estudos mistos, que possam aliar a aplicação de escalas, inventários e avaliações físicas às análises qualitativas, possibilitando a compreensão de indicadores estatísticos pela via da fala e das entrevistas em profundidade.

Além disso, observou-se a existência de apenas um estudo exploratório, no qual o pesquisador inseriu-se no campo de pesquisa. As demais pesquisas realizadas foram construídas a partir de um encontro com os participantes, caracterizando-se por estudos transversais e sem a inserção do pesquisador por um

longo período de tempo no campo. Apenas um estudo trouxe o relato da realização de um grupo a fim de proporcionar a escuta dos trabalhadores. Essa pesquisa tratou da intervenção realizada pelos estudiosos, que identificaram urgência de suporte para os participantes da pesquisa realizada anteriormente, que também é relatada no artigo. Ademais, notou-se carência em trabalhos sobre relatos de intervenções com esta categoria profissional. Destarte, percebe-se uma lacuna em estudos longitudinais, etnográficos ou participantes, que pudessem caracterizar de modo aprofundado as relações culturais e de trabalho nesse contexto.

Principais resultados dos estudos

Os agentes penitenciários são os profissionais responsáveis pela organização dos cárceres (FERREIRA et al., 2012) e, portanto, o que eles fazem ou não tem grande relevância nesse contexto (MORAES, 2013). Em vista disso, Moraes (2013) realizou um estudo exploratório descritivo do contexto onde estão inseridos estes trabalhadores. Em sua pesquisa, o autor identificou que os profissionais conviviam diariamente com a desconfiança como forma de sobrevivência no trabalho. Conforme descrição dos próprios participantes, os profissionais são “pagos para desconfiar” (MORAES, 2013, p. 136), isso se faz necessário para que permaneçam em segurança no ambiente carcerário e também para manter a ordem da prisão. O pesquisador verificou que os agentes penitenciários viviam em um nível elevado de atenção, no ímpeto de detectar quaisquer movimentos suspeitos entre os detentos, antecipando assim a identificação de rebeliões ou ameaças/ataques aos trabalhadores carcerários. No que diz respeito aos colegas de trabalho, Moraes (2013) observou que a maioria dos agentes relatou a importância de uma relação de confiança entre colegas para que, em caso de necessidade, houvesse um suporte de seus parceiros para garantir sua segurança no local de trabalho. No entanto, havia uma parcela dos trabalhadores que desconfiava até mesmo dos próprios colegas, nunca sabendo se a pessoa era “digna de sua confiança” (p. 137), podendo ter que descobrir isso “na pior hora” (p. 137). Conviver com a desconfiança foi descrito pelos agentes penitenciários como algo gerador de tristeza. Tal estudo baseou-se na descrição do contexto no qual o trabalhador está inserido e nas dificuldades encontradas no contexto do trabalho pelos agentes penitenciários. A partir da escrita do pesquisador sobre sua vivência no campo de pesquisa, pôde-se perceber o precário cenário em que se encontram os agentes penitenciários, as inseguranças com que convivem diariamente no trabalho e a falta de estrutura desse cenário, o que contribui para o aumento de estresse e tensão do trabalhador. Considera-se esse estudo importante por demonstrar o real cenário do sistema carcerário e a precarização no trabalho ao qual os agentes penitenciários são submetidos.

Pensando nos possíveis malefícios que esses níveis de extrema vigilância e insegurança podem causar, Reichert et al. (2007) realizaram um estudo com agentes penitenciários do município de Londrina, no Paraná, para verificar a saúde desses trabalhadores. A pesquisa apontou um alto índice de consumo alcoólico e tabagismo na categoria, além de excesso de peso na maioria dos participantes e distúrbios psíquicos menores. Os autores dessa pesquisa concluíram que há prejuízos na saúde desses indivíduos, o que apresenta um resultado negativo, tendo em vista a atividade que os sujeitos exercem no presídio. Além disso, apontaram para a necessidade de elaboração de políticas de promoção da saúde desses trabalhadores, uma vez que já apresentam manifestações de sintomas. Estudos como esse corroboram com a identificação de pontos a serem pensados pelo poder público para providenciar melhorias nas condições de trabalho dos cidadãos brasileiros.

No que diz respeito à sintomatologia, foram realizadas entrevistas com agentes penitenciários que relataram sentir estresse e buscar no uso de álcool o alívio para o sofrimento causado pela atividade laboral. Afirmaram ter medo diário de entrar no ambiente de trabalho, principalmente em épocas de rebeliões dos presos, e mencionaram também a sensação constante de cansaço, o nervosismo e a ansiedade. Além

disso, os agentes referiram já terem sido contagiados com algumas doenças físicas no trabalho, como, por exemplo, micoses e coceiras. De todos esses fatores, o sofrimento que mais se destacou foi o estresse, que é descrito como causador de adrenalina 24 horas por dia e como a sensação que mais desgasta esse trabalhador (MORAES, 2013).

Do mesmo modo, Ferreira et al. (2012) identificam que 97,3% dos agentes penitenciários pesquisados no estudo quantitativo consideram seu trabalho muito perigoso e a maioria da amostra (63%) buscava o uso de bebidas alcoólicas. Percebe-se, através desse estudo, o esgotamento desses trabalhadores e a necessidade de recorrer ao uso de substâncias para suportar o peso do trabalho.

Aliado ao estresse, estudos apontam que os agentes penitenciários sofrem também de ansiedade, afirmam ter receio de serem reconhecidos na rua e temem vivenciar o preconceito que as pessoas sentem devido à representação social negativa que seu trabalho causa aos outros. Assim, esses profissionais preferem não se identificar como agentes penitenciários, pois acreditam que, dessa forma, protegerão suas famílias de violências ou de sofrimentos possíveis devido às suas atividades profissionais. Inclusive, sentem-se culpados apenas pela possibilidade de seus parentes e conhecidos correrem este risco (RUMIN, 2006). Corroborando com esse estudo, Moraes (2013) afirmou que o agente penitenciário não tem orgulho do que faz e, inclusive, evita ao máximo falar sobre sua profissão com outras pessoas, a fim de preservar sua identidade e também de seus familiares, garantindo assim a segurança de pessoas próximas.

Um recente estudo realizado por Jaskowiak e Fontana (2015) indicou que uma das principais causas dos problemas de saúde dos trabalhadores carcerários é a precária condição de trabalho à qual eles são submetidos. As pesquisadoras afirmaram que há descaso do poder público com questões relacionadas à ressocialização dos presos, o que resulta em pouco investimento nas instituições carcerárias, expondo os trabalhadores e os presos a situações de riscos psicossociais, causando insatisfação aos trabalhadores e, conseqüentemente, desgaste emocional. Ou seja, há uma precarização no trabalho que causa sofrimento ao trabalhador.

Tschiedel e Monteiro (2013), em pesquisa realizada com agentes penitenciárias do Rio Grande do Sul, concluíram que a alta exigência que a função exige das trabalhadoras aliada às condições de trabalho precárias e desfavoráveis podem levar essas profissionais ao sofrimento psíquico. No estudo foram identificados nas agentes alguns fatores que predisõem um adoecimento, como a falta de reconhecimento, o sentimento de impotência pelas condições de trabalho inadequadas, a desmotivação e a qualidade de vida precária. Segundo Costa et al. (2011), há uma relação entre uma maior frequência de Síndrome Metabólica em pessoas que possuem uma maior demanda psicológica na sua atividade profissional, demonstrando que o trabalho insalubre pode não apenas ser gerador de problemas psicológicos, mas também físicos.

Representando o segundo eixo de estudos, Tschiedel e Monteiro (2013) identificaram como vivência de prazer dos agentes penitenciários a gratificação salarial e a certeza de estar empregado, já que foram aprovados em um concurso público. Além disso, os participantes do estudo relatam como favorável a escala de trabalho, já que há a possibilidade de trocas de horários. Ademais, segundo o relato, os agentes sentem gratificação no trabalho quando encontram algo que estava escondido no momento de uma revista; essa seria uma forma de demonstrar seu próprio trabalho.

Em uma pesquisa realizada por Bonez et al. (2013) com agentes penitenciários de um presídio catarinense, os autores concluíram que aqueles trabalhadores possuem níveis muito baixos de estresse e ansiedade e, além disso, não apresentam sinais de depressão ou desesperança. Os participantes da pesquisa mostraram resistência em participar da investigação, inclusive os pesquisadores mencionaram que foi necessário visitar diversas vezes o local para conseguir realizar a aplicação dos testes. Os autores atribuí-

ram o resultado ao reduzido tempo de trabalho dos participantes da pesquisa, já que 63,15% dos agentes trabalham há menos de 5 anos na função.

Deve-se destacar que os estudos de Tschiedel e Monteiro (2013) e Bonez et al. (2013) foram os únicos que trouxeram dados favoráveis a respeito da saúde destes trabalhadores. Sobre o segundo estudo citado nessa categoria, há a hipótese de os resultados terem sido encontrados por tratar-se de um presídio modelo de uma cidade do interior, onde o número de presos não excede o número de vagas, dessa forma, não sobrecarregando o trabalhador. Mas como Bonez et al. (2013) cita, essa conclusão pode ter surgido pelo fato de os trabalhadores estarem há pouco tempo em atuação nesse contexto.

O estudo de Bonez et al. (2013) trouxe o trabalhador carcerário como saudável e sem sofrimento, o que contrapõe os outros estudos analisados, apontando, assim, para a necessidade de mais pesquisas relacionadas à saúde mental desta categoria profissional nos diversos municípios e estados do Brasil, já que pode haver diferença no contexto de cada instituição, o que influenciará na saúde das pessoas que lá convivem.

Considerações finais

A análise dos estudos selecionados apontou que os agentes penitenciários se encontram desmotivados, insatisfeitos profissionalmente, ansiosos, com desgaste emocional e alto nível de estresse. Ademais, convivem diariamente com o risco constante de exposição à violência, o temor em relação à saúde de seus familiares e a representação social pejorativa que a comunidade atribui a este trabalho. Ainda, foi observado um alto índice de consumo alcoólico e de fumantes. Destacou-se também a precariedade das condições de trabalho como um elemento provocador de sofrimento nos agentes penitenciários, além da falta de segurança no emprego e fora dele. Em contrapartida, alguns estudos apontaram que estes trabalhadores se sentem seguros em relação à estabilidade de emprego e têm gratificação salarial. Uma hipótese para os diferentes resultados acerca da saúde mental desses trabalhadores é o contexto organizacional no qual a pesquisa foi realizada, estima-se que presídios em diferentes estados e regiões do país tenham condições laborais diferenciadas.

Conclui-se que são necessários mais estudos acerca do tema, sobretudo no campo da saúde mental e na perspectiva da Psicologia para que se possa aprofundar o entendimento das relações entre a organização do trabalho e as vivências de sofrimento e adoecimento desses profissionais, bem como as intervenções que estão (ou não) sendo feitas com esses trabalhadores. Como indicações para futuros estudos poderiam ser ampliadas as buscas incluindo-se investigações internacionais e construindo-se análises comparativas entre o cenário nacional e o cenário internacional.

Referências

- Andrade, U. S., & Ferreira, F. F. (2014). Crise no Sistema Penitenciário Brasileiro. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 4(1), 116-129. <http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rpd.v4i1.537>
- Bonez, A., Dal Moro, E., & Sehnem, S. B. (2013). Saúde mental de agentes penitenciários de um presídio catarinense. *Psicologia Argumento*, 31(74), 507-517. doi: 10.7213/psicol.argum.31.074.AO05
- Costa, M. B., Guércio, N. M. S., Costa, H. F. C., Oliveira, M. M. E., & Alves, J. M. A. (2011). Possível relação entre estresse ocupacional e síndrome metabólica. *HU Revista*, 37(1), 87-93. Recuperado de <https://hurevista.ufjf.emnuvens.com.br/hurevista/article/view/1269/529>
- Departamento Penitenciário Nacional. (2014). Levantamento Nacional de informações penitenciárias InfoPen - junho de 2014. Recuperado de http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/relatorio_depen.pdf

- Dias, L. G., & Velásquez, V. (2016). Sistema Penitenciário Brasileiro. *ICESP. Faculdades Promove de Brasília*. Recuperado de http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais_simposio/arquivos_up/documentos/artigos/d793c64185a1e10dc372a4a80768ceb7.pdf
- Ferreira, R. E. B., Menezes, L. C., & Dias, J. C. (2012). Relação de prevalência de atividade física com variáveis psicológicas e componentes da síndrome metabólica em agentes penitenciários de Belo Horizonte-MG. *Revista Brasileira Atividade Física e Saúde*, 17(1), 57-63.
- Gomes, A. L., Gomes, J. D., Ramos, R., Santos, R. B., Francisco, T. R., Santos, J. A. E., & Pinna, R. M. (2013). Sistema Prisional Brasileiro. *Revista de Ciências Jurídicas e Sociais*, 3(1), 153.
- Heloani, R., & Lancman, S. (2004). Psicodinâmica do trabalho: o método clínico de intervenção e investigação. *Revista Produção*, 14(3), 77-86.
- Jaskowiak, C. R., & Fontana, R. T. (2015). O trabalho no cárcere: reflexões acerca da saúde do agente penitenciário. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 68(2), 235-243. <https://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2015680208i>
- Lancman, S., & Ghirardi, M. I. G. (2002). Pensando novas práticas em Terapia Ocupacional, Saúde e Trabalho. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, 13(2), 44-85. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13895>
- Lei n. 9.152, de 5 de outubro de 1990. (atualizada até a Lei n. 14.075, 31 de julho de 2012). Estabelece nova estrutura remuneratória para os policiais civis e militares, funcionários penitenciários, absorve e extingue parcelas e dá outras providências.. Recuperado de <http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%20n%C2%BA%2009.152.pdf>
- Ministério da Previdência Social. (2012). **Saúde e Segurança Ocupacional**. Recuperado de <http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=39>
- http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_relacionadas_trabalho1.pdf
- Ministério da Saúde do Brasil. (2004). **Política nacional de segurança e saúde do trabalhador**. Recuperado de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_seguranca_saude.pdf
- Moraes, P. R. B. (2013). A identidade e o papel de agentes penitenciários. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, 25(1), 131-147.
- Organização Internacional do Trabalho. (2015). **World employment and social outlook: the changing nature of jobs**. Recuperado de http://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2015-changing-nature-of-jobs/WCMS_368626/lang--en/index.htm.
- Penal, MTJR. (2009). **O Sistema Prisional Brasileiro**. Recuperado de <http://portal.estacio.br/media/1597224/artigo%20sistema%20prisional%20brasileiro%20pseudonimo%20mtjr%20penal.pdf>
- Brasil (2017). Saúde e segurança: estudo apresenta análise sobre benefícios por incapacidade. *Previdência Social*. Recuperado de <http://www.previdencia.gov.br/2017/04/saude-e-seguranca-estudo-apresenta-analise-sobre-beneficios-por-incapacidade/>
- Reichert, F. F., Lopes, M., Loch, M. R., & Romanzini, M. (2007). Atividade física e outros aspectos relacionados à saúde de agentes penitenciários de Londrina -PR. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, 12(3), 4-11. <http://dx.doi.org/10.12820/rbafs.v.12n3p4-11>
- Rumin, C. R. (2006). Sofrimento na Vigilância Prisional: O trabalho e a atenção em saúde mental. *Psicologia Ciência e Profissão*, 26 (4), 570-581.
- Tschiedel, R. M., & Monteiro, J. K. (2013). Prazer e sofrimento no trabalho das agentes de segurança penitenciária. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 18(3), 527-535. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2013000300013>

Recebido em: 16.10.2017

Aprovado em: 26.06.2018